



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP nº 37/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 37/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, E A PESSOA JURÍDICA FABRICADS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. (PROCESSO Nº 19.00.6300.0003985/2025-58).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP**, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 2, lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, CEP 70070-600, representado neste ato por sua Secretária de Administração, **JULIANE ERTHAL DE CARVALHO**, CPF nº XXX.694.029-XX, ou, nas ausências e impedimentos desta, por sua substituta, **INÊS GOUVÊA VIANA BORGES**, CPF nº XXX.509.521-XX, no uso da competência que lhes foi atribuída pela Portaria CNMP-SG nº 319, de 20 de outubro de 2020, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica **FABRICADS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 23.690.341/0001-31, estabelecida na Alameda Rio Negro, nº 503, Andar 23º, Conj. 2301, Alphaville Centro Industrial e Empresarial Alphaville, Barueri/SP, CEP 06454-000 neste ato representada por **MICHAEL DE SOUZA PAULA**, CPF nº XXX.361.088-XX, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta nos Processos nº 19.00.6300.0000347/2024-26 e 19.00.6300.0003985/2025-58, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 15/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade:

I - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 37/2024 por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 15/1/2026 a 15/1/2027, nos termos previstos na Cláusula Segunda do instrumento original;

II - Alterar os itens 9.9 e 9.10 da Cláusula Nona do Contrato CNMP nº 37/2024, os quais passam a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

[...]

9.9. Disponibilizar uma conta e-mail para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço e telefone comerciais, **quando o caso, o canal de atendimento**.

9.10. Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, **mídias** e impressos, sob pena de

rescisão do presente Contrato.

[...].

III - Incluir a Cláusula Dezoito no Contrato CNMP nº 37/2024, para adequação à Lei nº 10.522/2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – Cadin, com a seguinte redação:

CLÁUSULA DEZOITO - REGULARIDADE JUNTO AO CADIN

18.1 A CONTRATADA deverá manter-se em situação regular junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin, sob pena de impossibilitar a celebração de aditamentos, nos termos do art. 6º - A da Lei nº 10.522/2002, incluindo pela Lei nº 14.973/2024.

18.2 À CONTRATADA com registro no Cadin, poderá ser facultada a possibilidade de regularização ou quitação de seu débito, para levantar o impedimento ao aditamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, prazo este passível de prorrogação, a pedido da empresa, desde que esteja devidamente justificado.

1.2. Fica ressalvado o direito ao reajuste contratual, nos termos previstos na Cláusula Sétima do contrato original

1.3. Para exercer o direito ao reajuste de que trata o item 1.2, a CONTRATADA deverá apresentar solicitação acompanhada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI relativo ao acumulado nos últimos 12 meses, tendo como referência a data do orçamento estimado.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

2.1. O valor do Contrato CNMP nº 37/2024 permanece em R\$ 105.800,00 (cento e cinco mil e oitocentos reais).

2.2. Dá-se ao presente instrumento o valor de R\$ 105.800,00 (cento e cinco mil e oitocentos reais), correspondente à prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 590003
- II. Fonte de Recursos: 1000000000
- III. Programa de Trabalho (PTRES): 174664
- IV. Natureza de Despesa: 33904007
- V. Plano Interno: 25STI27
- VI. Nota de Empenho: 2025NE000050

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLAUSULA QUARTA – PUBLICIDADE

4.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E INALTERABILIDADE

5.1. O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, permanecendo inalteradas as demais cláusulas, parágrafos, condições e obrigações do Termo de Contrato inicial que não colidirem com o disposto neste instrumento.

5.2. Por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo assinado eletronicamente pelas partes.

**CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**
CONTRATANTE

**FABRICADS SOLUÇÕES EM
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA**
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Michael de Souza Paula, Usuário Externo**, em 02/12/2025, às 13:30, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVENBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Juliane Erthal de Carvalho, Ordenadora de Despesa**, em 03/12/2025, às 18:29, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVENBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1263886** e o código CRC **ABBC8EEA**.